

# PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,  
AND USES OF THE PAST

N.º 15 (2022)



## O paradoxo da sociologia histórica

Fernando Ampudia de Haro

*Práticas da História*, n.º 15 (2022): 257-285

[www.praticasdahistoria.pt](http://www.praticasdahistoria.pt)

## Fernando Ampudia de Haro

### O paradoxo da sociologia histórica

---

Este texto é um ensaio póstumo do sociólogo Fernando Ampudia de Haro, falecido em 2022. Fernando Ampudia de Haro doutorou-se pela Universidade Complutense de Madrid com uma tese que esteve na origem da obra *Las bridas de la conducta: una aproximación al proceso civilizatorio español* (Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas / Siglo XXI Editores, 2007). Foi ainda autor, entre várias outras publicações, da obra *O processo civilizacional da tourada. Guerreiros, cortesãos, profissionais ...e bárbaros?* (Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2020). Desempenhou funções de professor em Salamanca, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e na Universidade Europeia, e foi investigador de pós-doutoramento no Instituto de História Contemporânea, onde desenvolveu o projeto “O homem civilizado em Espanha e Portugal: Modelos de comportamento e afectividade nas ditaduras de Franco e Salazar”.

Palavras-chave: Sociologia; Narração; Comparação; Análise.

---

### The paradox of historical sociology

This is a posthumous essay by the sociologist Fernando Ampudia de Haro, who died in 2022. Fernando Ampudia de Haro concluded his PhD at the Universidade Complutense de Madrid with a thesis that gave origin to the book *Las bridas de la conducta: una aproximación al proceso civilizatorio español* (Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas / Siglo XXI Editores, 2007). He was also the author, among other works, of *O processo civilizacional da tourada. Guerreiros, cortesãos, profissionais ...e bárbaros?* (Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2020). He was a professor in Salamanca, at the Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas and at Universidade Europeia, being also a postdoctoral researcher at the Instituto de História Contemporânea, where he developed the project “O homem civilizado em Espanha e Portugal: Modelos de comportamento e afectividade nas ditaduras de Franco e Salazar”.

Keywords: Sociology; Narration; Comparison; Analysis.

# O paradoxo da sociologia histórica

Fernando Ampudia de Haro

## 1. Introdução

Autores pioneiros da sociologia como Karl Marx, Max Weber, Alexis de Tocqueville ou Georg Simmel, e alguns clássicos contemporâneos como Norbert Elias ou Pierre Bourdieu, nunca tiveram dificuldade em incorporar a história à indagação sociológica. Na sua aproximação aos fenômenos sociais aplicaram um olhar processual e temporal conscientes de que a sociologia era inviável sem a história. Assim, estes pioneiros dariam forma à primeira vaga da sociologia histórica. No entanto, a institucionalização acadêmica e científica da própria sociologia passou, em parte, por cortar os laços com a história. Ao mesmo tempo, abraçou o positivismo, o enfoque quantitativo ou a modelização causal como sinónimos de ciência. Para ser vista como um saber respeitável, a sociologia prescindiu da história. Deste modo, iniciava-se o longo “eclipse da história” na sociologia contemporânea.<sup>11</sup>

Nas décadas de 1970 e 1980 esta tendência é contrariada e discutida por um conjunto amplo de autores – Charles Tilly, Theda Skocpol, Immanuel Wallerstein, Michael Mann, Barrington Moore, Norbert Elias ou Philip Abrams, para citar alguns dos mais conhecidos – que apostam pela reintegração da história na pesquisa sociológica. Essa reintegração é acompanhada por uma crítica das teorias da mudança social inscritas no paradigma da modernização, teorias incapazes de captar o

1 David Zaret, “From Weber to Parsons and Schutz: The Eclipse of History in Modern Social Theory”, *American Journal of Sociology* 85, n.º 5 (1980): 1180-1201.

dinamismo do devir social. Em torno dessa crítica e dessa reintegração articula-se a segunda vaga da sociologia histórica. Esta tem merecido diferentes caracterizações e classificações em função, principalmente, dos temas abordados e dos métodos utilizados.<sup>2</sup> No entanto, os exercícios de taxonomia não devem obscurecer o trabalho de reflexão metodológica desenvolvido pelos autores. Estes concentraram os seus esforços nos problemas derivados da recolha de dados na investigação socio-histórica, nos prós e contras dos procedimentos indutivos e dedutivos e no tipo de inferências, leis e generalizações que podia produzir a sociologia histórica. A riqueza dessa reflexão não teve uma continuidade clara, tal e como mostram as duas coletâneas principais de trabalhos de sociologia histórica publicadas nos inícios dos 2000.<sup>3</sup> Nelas não encontramos qualquer texto com um conteúdo substantivamente metodológico. De facto, a preocupação pela metodologia parece ter ficado reduzida a questões parcelares relacionadas com a comparação, um aspeto importante entre muitos outros também relevantes.<sup>4</sup>

Perante estas lacunas, quero regressar a um tema substantivo de natureza metodológica na sociologia histórica. Nesta área, quando o investigador desenvolve o seu trabalho, é frequente que:

- a) tenha reunido material histórico relacionado com acontecimentos, atores sociais, instituições e agências que terá de selecionar, organizar e explicar;
- b) tenha previsto a comparação com outros casos para contrastar as explicações acerca desse material;

2 Sobre esta questão, são úteis Theda Skocpol e Margaret Sommers “The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry”, *Comparative Studies in Society and History* 22, n.º 2 (abril 1980): 174-197; Theda Skocpol, ed., *Vision and Method in Historical Sociology* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 1984); Ramón Ramos Torre, “Problemas textuales y metodológicos de la sociología histórica”, *REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas* 63 (1993): 7-28; Piotr Sztompka, *Sociología del cambio social* (Madrid: Alianza, 1995); Julia Adams, Elisabeth S. Clemens e Ann Shola Orloff, eds., *Remaking Modernity: Politics, History, and Sociology* (Durham: Duke University Press, 2005).

3 Gerard Delanty e Engin F. Isin, eds., *Handbook of Historical Sociology* (Londres: SAGE, 2003); Adams, Clemens e Orloff, eds., *Remaking Modernity*.

4 James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer, *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003); Matthew Lange, *Comparative-Historical Methods* (Londres: SAGE, 2012); James Mahoney e Kathleen Thelen, eds., *Advances in Comparative-Historical Analysis* (Cambridge: Cambridge University Press, 2015).

c) tenha a pretensão de ir além da casuística comparada, propondo algum tipo de modelo teórico ou de aparelho conceptual que integre e explique a própria casuística.

Em suma, é frequente que o investigador tenha de considerar a narração, a comparação e a análise, assim como a combinação entre estes três elementos no desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de uma decisão metodológica fulcral, tendo em conta, como mostrarei, que não existe qualquer receita satisfatória para essa combinação. Outorgar mais ou menos peso e presença a um elemento relativamente aos outros determinará a modalidade de sociologia histórica que é praticada, isto é, com predomínio, segundo os casos, da componente narrativa, da comparativa ou da analítica.

Como tal, o objetivo deste artigo é analisar o carácter problemático da combinação entre narração, comparação e análise no domínio da sociologia histórica. Para satisfazer esse objetivo, procuro realizar inicialmente uma caracterização detalhada do problema em questão, o que implica um exame da natureza da narração, da comparação e da análise como ferramentas metodológicas. Em seguida, demonstrarei como obras recentes têm confrontado esse problema. Tenciono, pois, desenvolver uma espécie de campo de provas onde sejam testados diferentes trabalhos enquadrados no campo da sociologia histórica. Mais especificamente, os trabalhos selecionados correspondem aos livros vencedores do prémio ‘Norbert Elias’ concedido anualmente pela Norbert Elias Foundation.<sup>5</sup> Como autor, Elias produziu obras destacáveis neste domínio,<sup>6</sup> entre as quais se destaca *O processo civilizacional*.<sup>7</sup> O regulamento do prémio em questão estabelece que os candidatos devem apresentar, genericamente, uma obra de inspiração eliasiana. Isto é,

5 <http://norbert-elias.com/about-elias-foundation/prizes/> (consultado a 15/02/2023).

6 Norbert Elias, *La sociedad cortesana* (México: Fondo de Cultura Económica, 1982); Norbert Elias, *Mozart – Sociología de un genio* (Barcelona: Ediciones Península, 1991); Norbert Elias, *Deporte y ocio en el proceso de la civilización* (México: Fondo de Cultura Económica, 1992); Norbert Elias, *The Germans* (Cambridge: Polity Press, 1997).

7 Norbert Elias, *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas* (México: FCE, 1987).

não determina uma aplicação exaustiva do modelo teórico deste autor. Como tal, as obras analisadas são, inequivocamente, textos de sociologia histórica mais ou menos próximos das teses de Norbert Elias. Nesta secção estudarei as relações entre narração, comparação e análise em *O processo civilizacional* para as contrastar com as relações entre estes elementos nas obras vencedoras do prémio. Desde modo, poderemos conhecer as convergências e divergências entre Elias e alguns dos continuadores da sua sociologia histórica. Finalmente, dedicarei a última secção às conclusões que se retiram da solução que estas obras oferecem para a problemática combinação entre narração, comparação e análise.

## 2. O trilema narração-comparação-análise

O conceito de “sociologia histórica” encontra-se hoje plenamente normalizado. Sintomas da normalização são:

- a) a existência de um “panteão” de autores reconhecidos como sociólogos históricos;
- b) a institucionalização como área de investigação em organizações internacionais como a International Sociological Association (ISA);<sup>8</sup>
- c) a presença nos planos de estudo das universidades;
- d) uma produção bibliográfica constante e atualizada.

No entanto, esta normalização não implica que a sociologia histórica esteja presidida por consensos teóricos, metodológicos e epistemológicos. A diversidade é grande, o que dificulta uma definição unívoca da disciplina. Numa aproximação gradual a essa definição, dir-se-ia que:

- a) a sociologia histórica assume um tipo de relação entre a sociologia e a história caracterizada por uma abertura teórica, metodológica e epistemológica recíproca;

<sup>8</sup> Research Committe 56. <https://www.isa-sociology.org/en/research-networks/research-committees/rc56-historical-sociology/> (consultado a 16-02-2023).

b) a sociologia histórica procura uma redução da distância entre a sociologia e a história desenvolvendo uma visão própria da mudança social. Esta visão rejeita o estudo dos processos sociais a partir de bases abstratas, sem provas empíricas, ou como transição entre duas posições estáticas. Também exclui concepções ideológicas ou teleológicas desses processos;

c) a sociologia histórica reivindica genericamente o caráter histórico dos processos sociais e a necessária historicização do seu estudo;

d) a sociologia histórica repousa numa ontologia do social que todas as variedades que a integram partilham.<sup>9</sup> Essa ontologia, em primeiro lugar, concebe a realidade social como um processo intrinsecamente dinâmico. Em segundo lugar, assume que os processos sociais são o resultado da confluência de múltiplos fatores. Em terceiro lugar, entende que as sociedades inseridas em tais processos não são sistemas estáticos e sim uma rede complexa de relações harmônicas e conflituosas. Em quarto lugar, vê os processos sociais como o produto da agência humana individual ou coletiva, mas não como o produto da intencionalidade. Em quinto lugar, essa agência está limitada pelas condições estruturais da sociedade que, por sua vez, podem ser alteradas pela própria agência. Em sexto e último lugar, as fases prévias de um dado processo social criam margens de possibilidade diferentes para o seu desenvolvimento no futuro;

e) o consenso ontológico contrasta com a variedade disciplinar e paradigmática. Em termos disciplinares, a sociologia histórica não se limita ao estudo dos processos sociais e da mudança social em geral. Aborda também processualmente as diversas especialidades sociológicas, como a família, a religião, o gênero, o desporto ou a economia.<sup>10</sup> Em termos paradigmáticos, encontramos trabalhos de sociologia histórica com um enfoque marxista, weberiano, parsoniano, estrutural-funcionalista, figuracional-eliasiano, feminista, pós-colonial ou inspirados na teoria da escolha racional;<sup>11</sup>

9 Sztompka, *Sociología del cambio social*.

10 Ramos Torre, "Problemas textuales y metodologicos de la sociología histórica", 7-28.

11 James Mahoney, "Comparative-Historical Analysis: Generalizing Past the Past", comunicação apresentada à ASA Mini-Conference: Comparing Past and Present, Berkeley, CA, 12

f) a variedade disciplinar e paradigmática, assim como o método, ou os temas têm constituído os critérios classificativos da sociologia histórica. Como assinalai na introdução mediante diversas referências bibliográficas,<sup>12</sup> a taxonomia da sociologia histórica é uma questão amplamente tratada que não faz parte do propósito do presente artigo.

Independentemente da sua adscrição disciplinar, paradigmática ou temática, qualquer trabalho de sociologia histórica deve confrontar um problema metodológico que se apresenta como um trilema: como combinar a narração, a comparação e a análise e que peso conceder a cada um destes elementos. Este trilema é identificado por Ramón Ramos como o paradoxo constitutivo da sociologia histórica.<sup>13</sup> Isso significa que não existe uma maneira definitiva, certa e perfeita de equilibrar essa combinação e esse peso:

a) que seja um paradoxo remete para a condição de irresolubilidade do trilema. Numa obra de sociologia histórica faltará sempre alguma dose de algum dos três elementos, ou seja, enquanto um é privilegiado, outro é sacrificado;

b) que seja constitutivo remete para a condição fundadora da sociologia histórica. Nenhuma outra modalidade dentro da sociologia confronta este problema metodológico. Face ao carácter paradoxal da sociologia histórica podem ser aplicadas duas atitudes. Por um lado, a desistência de uma empreitada que nunca poderá ser corretamente executada e que sempre ficará pendente de resolução. Ou, por outro lado, a insistência numa empreitada que, como aponta Ramón Ramos, adquire o seu dinamismo interno a partir desse trilema sem solução.<sup>14</sup> Para compreender adequadamente este paradoxo constitutivo é conve-

de agosto de 2009; Marta Latorre Catalán e Hector Romero Ramos, “Historia y sociología: un diálogo en el cambio del siglo”, *Política & Sociedad* 55, n.º 1 (2018): 19-42; Adams, Clemens e Orloff, eds., *Remaking Modernity*.

12 Ver nota de rodapé 2.

13 Ramos Torre, “Problemas textuales y metodológicos de la sociología histórica”, 7-28.

14 Ramos Torre, “Problemas textuales y metodológicos de la sociología histórica”, 7-28.



niente estudar cada elemento separadamente, com especial atenção aos seus pontos de compatibilidade e incompatibilidade.

## 2.1. Narração

Qualquer projeto de sociologia histórica pressupõe a recolha de material histórico que se refira a agentes, factos e ações relevantes do passado. Para narrar, o material é organizado sequencialmente, adquirindo significado na medida em que se relaciona com outros agentes, factos e ações e com a sequência completa.<sup>15</sup>

Segundo Hayden White e Paul Ricoeur, a narração possui uma trama que cumpre as funções seguintes:<sup>16</sup>

- a) conectar cenários, personagens e eventos que permitam acompanhar aquilo que é narrado;
- b) produzir uma totalidade coerente a partir da conexão mediada pela trama. Dessa forma, a narração não se apresenta como uma enumeração ou sucessão de agentes, factos e ações isolados;
- c) alegorizar a narração dotando-a de uma das estruturas narrativas dominantes da nossa cultura: o romance-drama, a sátira, a comédia ou a tragédia.

O autor serve-se da narração quando entende que a sua capacidade explicativa é relevante. Mas como é que se consegue explicar algo mediante o ato de narrar?

A narração costuma partir de factos do passado que possuem como suporte documentos ou vestígios que se apresentam como prova de que aquilo que é relatado não é uma invenção do autor. Este constrói uma sequência que ordena tais factos até um dado desfecho. Tra-

15 Ramón Ramos Torre, “En los márgenes de la sociología histórica: una aproximación a la disputa entre sociología y la historia”, *Política & Sociedad* 18 (1995): 29-44.

16 Hayden White, “The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory”, *History and Theory* 23, n.º 1 (1984): 1-33; Paul Ricoeur, *Tiempo y narración. Configuración del tiempo en el relato histórico*, 5.ª ed. (México: Siglo XXI, 2004); Philip Abrams, “History, Sociology and Historical Sociology”, *Past and Present* 87 (Maio 1980): 3-16.

dicionalmente, a explicação passa por localizar um facto concreto na sequência e observar os seus antecedentes. Estes, em virtude da posição que ocupam na sequência narrativa, são tidos como a causa do facto que se pretende explicar.<sup>17</sup> Como tal, a narração aborda aquilo que se passou e por que se passou de forma conjunta mediante um relato. Atendendo globalmente a esse relato, o leitor terá acesso ao que aconteceu. Mas se quiser saber porque aconteceu um ato específico, terá de olhar para os factos que lhe antecedem no próprio relato.<sup>18</sup>

No entanto, este tipo de explicação com recurso à narração contém aspetos problemáticos:

a) a contiguidade temporal entre dois factos não significa necessariamente que o primeiro seja a causa do segundo. Trata-se de uma falácia lógica que predica uma relação causal com base na proximidade temporal. A narração alimenta esta falácia obscurecendo a distinção entre antecedentes temporais e antecedentes causais;

b) a seleção do material histórico por parte do autor é sempre arbitrária. Muito embora o autor explicita os critérios dessa seleção, é factível pensar que um outro autor, com o mesmo material, poderia construir uma outra narração.

Os defensores da narração amiúde criticam o ponto de vista expresso em (a) e (b). Entendem que o ato de explicar não envolve necessariamente a identificação da causalidade. Explicar também é determinar o significado de algo ou a sua função, e não obrigatoriamente assinalar a sua causa. Neste sentido, a narração também pode explicar, ao mesmo tempo que contorna o obstáculo da causalidade.<sup>19</sup> Em suma, narrar implica inevitavelmente uma seleção que não é caótica e que obedece às limitações lógicas impostas pelas provas documentais. Não

17 Kevin Fox Gotham e William G. Staples, "Narrative Analysis and the New Historical Sociology", *The Sociological Quarterly* 27, n.º 3 (Junho 1996): 481-501.

18 Larry J. Griffin, "Narrative, Event-Structure Analysis and Causal Interpretation in Historical Sociology", *American Journal of Sociology* 98, n.º 5 (1993): 1094-1133.

19 Craig Calhoun, "Explanation in Historical Sociology: Narrative, General Theory, and Historically Specific Theory", *American Journal of Sociology* 104, n.º 3 (1998): 846-871.

é, pois, uma construção absolutamente ficcional nem uma descrição exaustiva do passado: estamos perante uma representação dos factos proposta pelo narrador. As obras de sociologia histórica com um sentido mais processual costumam conceder alguma prioridade à narração face à comparação e à análise. Quando as componentes comparativa e analítica são dominantes, a narração tem tendência para se fragmentar. É expetável que isso aconteça, já que o autor dedicará mais espaço e tempo a comparar e/ou a analisar, o que conduz inevitavelmente à interrupção da narração.

## 2.2. Análise

Analisar implica, genericamente, o desenvolvimento de procedimentos dedutivos ou indutivos. As obras de sociologia histórica que apostam pela dedução utilizam um modelo teórico ou conceitos teóricos para examinar um ou vários casos concretos que poderão confirmar ou refutar a validade do modelo ou dos conceitos. Não obstante, mais do que a confirmação ou a refutação, procuram-se interpretações significativas do caso ou dos casos à luz do modelo teórico ou dos conceitos teóricos. Com o domínio da dedução, é frequente que o autor opte também pela fórmula da ilustração da validade do modelo ou dos conceitos. Neste ponto, a prioridade é testar o modelo ou os conceitos com casos específicos. Por outras palavras, o material histórico é usado para preencher as “caixas teóricas vazias” dos conceitos ou do modelo.<sup>20</sup>

A aposta pela indução significa que serão os casos, isto é, o material histórico, aquilo que vai constituir a base para elaborar um modelo teórico ou diversos conceitos teóricos. Trata-se de identificar o princípio teórico onde esse material fica subsumido, sem existir qualquer compromisso prévio com uma teoria. Quer na dedução, quer na indução, a análise supõe um exercício de alternância e de integração entre teoria e empiria. Contudo, existem problemas na aplicação de ambos os procedimentos:

20 Victoria E. Bonnell, “The Uses of Theory, Concepts and Comparison in Historical Sociology”, *Comparative Studies in Society and History* 22, n.º 2 (Abril 1980): 156-173.

a) no terreno da dedução, quando os conceitos ou os modelos teóricos são excessivamente abstratos é complicado determinar a sua aplicação empírica. O preenchimento das “caixas teóricas vazias” pode tornar-se arbitrário e, por extensão, variável de autor para autor;<sup>21</sup>

b) no terreno da indução, as dificuldades estão associadas ao número de casos ou ao material histórico utilizados no sentido de serem suficientemente amplos e representativos para formular um princípio teórico ou uma generalização empírica que subsumam todos os casos ou todo o material histórico.

Nas obras de sociologia histórica onde a componente analítica é prioritária, são dedicadas secções relativamente amplas à exposição dos conceitos ou do modelo teórico seleccionados. Isto conduz, por exemplo, a uma redução da componente narrativa e, sobretudo, a uma fragmentação da sua exposição e do seu ritmo.

### 2.3. Comparação

De acordo com Skocpol e Somers, a comparação é uma estratégia utilizada para:<sup>22</sup>

a) demonstrar a validade do modelo teórico empregado. Os casos que são objeto de comparação funcionam como testes para esse modelo. Aqui, a comparação é um recurso auxiliar que, como assinala Sartori, serve para controlar as generalizações efetuadas a partir do aparelho teórico utilizado;<sup>23</sup>

b) detetar as particularidades e as semelhanças no desenvolvimento de processos sociais;

c) realizar inferências causais sobre processos sociais. Aqui, a observação de diferenças ou de similitudes permitirá, supostamente,

21 Theda Skocpol e José Carazo, “Temas emergentes y estrategias recurrentes en sociología histórica”, *Historia Social* 10 (1991): 101-134.

22 Theda Skocpol e Margaret Somers, “The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry”, *Comparative Studies in Society and History* 22, n.º 2 (1980): 174-197.

23 Giovanni Sartori, *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo* (São Paulo: Ática, 1994).

determinar a variável causal que produz um dado efeito num dado processo social. A identificação dessa variável pode ser realizada de acordo com o procedimento do acordo ou da diferença. No procedimento do acordo, são selecionados casos para a comparação que, apesar de conterem variáveis diferentes, partilham a variável hipoteticamente causal. No procedimento da diferença são comparados casos que possuem a variável hipoteticamente causal com casos que carecem dessa mesma variável.

A comparação é a estratégia metodológica mais popularmente associada à sociologia histórica. Serve, como exemplo, a entrevista realizada às pessoas responsáveis pela linha editorial da Cambridge University Press – American Sociological Association dedicada à sociologia histórica.<sup>24</sup> Para elas, o principal desafio metodológico da disciplina no século XXI tem que ver com o desenvolvimento da comparação, sem menção alguma à sua articulação com a narração e a análise. No entanto, essa popularidade não significa que não possam ser apontadas algumas críticas, resumidas nos pontos seguintes:

a) a sociologia histórica tem abusado da utilização do Estado-nação como unidade de comparação, isto é, tem favorecido o denominado nacionalismo metodológico;

b) em muitas ocasiões, não existe uma reflexão aprofundada acerca das características dos elementos que sustentam a comparação. Isso implica que apenas deve ser comparado o que é comparável, ou seja, considerados objetos de comparação com atributos particulares bastante similares ou claramente diferentes. Um outro problema passa pela construção de classes com finalidade comparativo-classificadora, nas quais devem ser integrados os casos em estudo. Acontece com alguma frequência que essas classes não tenham correspondência empírica com a realidade ou, por outras palavras, que não façam qualquer senti-

24 Stephanie Mudge e Anthony Chen, “The New Studies in Historical Sociology Book Series: An Interview with the Editors”, interview by Simeon J. Newman, *Comparative and Historical Sociology: Section of the American Sociological Association*, 19/08/2021, <http://chs.asa-comparative-historical.org/the-new-studies-in-historical-sociology-book-series-an-interview-with-the-editors/> (consultado a 15/02/2023).

do. Um possível exemplo é a classe “governos de coligação nos Estados Unidos de América”, sabendo que o conceito “governo de coligação” se aplica nos sistemas parlamentares constituídos por dois ou mais partidos. É, pois, uma classe sem correspondência com a realidade no caso dos Estados Unidos de América, um sistema presidencialista com dois partidos;<sup>25</sup>

c) a comparação tem sido a ferramenta preferida para determinar a causalidade nos processos socio-históricos. Trata-se de uma pretensão discutível no terreno das ciências sociais, que concebem tais processos como fenómenos integrados por múltiplas variáveis que geram múltiplas relações entre si. Afirmar que existe uma variável causal que gera um dado efeito significa que é possível isolar essa variável e distinguir inequivocamente as suas consequências daquelas produzidas por todas as relações que se dão entre as variáveis restantes. É, pois, uma tarefa extremamente exigente que só é possível em desenhos de investigação de tipo experimental, com uma forte componente laboratorial e com a mobilização de grupos amostrais experimentais e de controlo. Não é o caso da generalidade das obras de sociologia histórica, daí que seja recomendável a moderação das expectativas quando se fala em estabelecer causalidades através da comparação. Genericamente, a comparação e a análise são facilmente compatíveis entre si. Se assumirmos, aliás, que a comparação é usada para controlar as generalizações propostas pelos modelos teóricos, o habitual é que se apresentem interrelacionados nos textos de sociologia histórica. Como é previsível, o seu predomínio fará com que seja mais complicado desenvolver uma narração contínua e sem interrupções.

Uma vez expostas as especificidades da narração, da análise e da comparação, temos condições para compreender os desafios que coloca a sua utilização conjunta num texto de sociologia histórica. Os autores clássicos e contemporâneos têm enfrentado este problema metodológico outorgando mais ou menos peso a cada componente, de acordo com os

25 Sartori, *A teoria da democracia revisitada*.

objetivos fixados nas suas investigações. Os trabalhos mais completos neste terreno são os de Ramón Ramos Torre,<sup>26</sup> que mostra com detalhe e profundidade como se posicionam face ao trilema narração-comparação-análise grande figuras da sociologia histórica como Tilly, Skocpol, Mann, Eisenstadt ou Wallerstein. Um trabalho inevitavelmente mais incompleto é o de Maryl e Wilson,<sup>27</sup> focado apenas na comparação e na análise.

Estes autores não efetuam uma abordagem aprofundada que explique como é que se relacionam os elementos comparativos e os analíticos. Optam por uma aproximação quantitativa onde essa relação é identificada e classificada segundo o tipo de citações existentes no texto. Consideram uma amostra de 15 500 citações em 37 publicações, sendo os resultados globalmente pouco esclarecedores sobre a conexão entre análise e comparação.

### 3. Como lidar (na prática) com o trilema

Apesar das dificuldades que surgem quando narração, comparação e análise coexistem num texto, os autores de sociologia histórica continuam a produzir textos que combinam os três elementos de diferentes modos. Esta secção ocupa-se desses modos, isto é, das decisões metodológicas adotadas por autores concretos para confrontar o trilema que nos ocupa. Mais especificamente, foram selecionados diversos livros ganhadores do prémio Norbert Elias, concedido pela Norbert Elias Foundation. O regulamento do prémio exige que os candidatos apresentem trabalhos inspirados na obra do sociólogo alemão, não sendo obrigatória uma aplicação exaustiva do seu aparelho teórico.<sup>28</sup> Trata-se de textos que inequivocamente pertencem ao campo da sociologia histórica e cujo exame nos permitirá conhecer como se estruturam as componentes narrativa, comparativa e analítica. As obras a analisar são:

26 Ramón Ramos Torre, “Problemas textuales y metodológicos de la sociología histórica”, *REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas* 63 (1993): 7-28.

27 Damon Maryl e Nicholas Hoover Wilson, “What do historical sociologists do all day? Analytical architectures in Historical sociology”, *American Journal of Sociology*, 125, n.º5 (2020): 1345-1394.

28 Escolhi aquelas obras que, como disse, podemos identificar sem dificuldade como sendo de sociologia histórica. Ficaram fora da seleção aquelas que não possuem um fundo de sociologia histórica claro ou que foram escritas em línguas que desconheço.

- a) *The Historical Sociology of Japanese Martial Arts*, de Raúl Sánchez García, vencedor em 2020;<sup>29</sup>
- b) *Learning to Smoke*, de Jason Hughes, vencedor em 2003;<sup>30</sup>
- c) *The Empire of Civilization. The Evolution of an Imperial Idea*, de Brett Bowden, vencedor em 2009;<sup>31</sup>
- d) *e Meeting, Manners and Civilization. The Development of Modern Meeting Behaviour*, de Wilbert van Vree, vencedor em 1999.<sup>32</sup>

Entendo que seria útil que estas obras tivessem uma espécie de ponto de referência clássico e, por essa razão, realizar-se-á a mesma operação com a obra *O Processo Civilizacional*, de Norbert Elias.<sup>33</sup> Deste modo será possível contrastar o modo que Elias tinha de lidar com o trilema com os modos de autores contemporâneos influenciados pela sua obra. Isto não significa que estejamos a medir o hipotético desvio dos “discípulos” relativamente ao “mestre”. Como já foi apontado, não existe um procedimento certo e definitivo para resolver o trilema e, por esse motivo, Elias não pode ser tomado como modelo paradigmático: é mais um autor confrontado com o paradoxo constitutivo da sociologia histórica.

### 3.1. *O processo civilizacional, de Norbert Elias*

É a obra fundamental do autor e a chave heurística para os restantes trabalhos de Elias. O objeto de investigação são as formas de comportamento típicas do homem ocidental em correspondência com as transformações da sociedade e do Estado. O propósito final da investigação é elaborar uma teoria geral sobre as estruturas de controlo compor-

29 Raúl Sánchez García, *The Historical Sociology of Japanese Martial Arts* (Londres: Routledge, 2020).

30 Jason Hughes, *Learning to Smoke. Tobacco Use in the West* (Chicago: University of Chicago Press, 2003).

31 Brett Bowden, *The Empire of Civilization. The Evolution of an Imperial Idea* (Chicago: University of Chicago Press, 2009).

32 Wilbert van Vree, *Meeting, Manners and Civilization. The Development of Modern Meeting Behaviour* (Londres: Leicester University Press, 1999).

33 Elias, *El proceso de la civilización*.



tamental e emocional em conexão com a interdependência social e a constituição de monopólios centralizados da violência.

Na obra encontramos duas linhas narrativas principais. A primeira ocupa-se do desenvolvimento dos códigos de comportamento na Europa desde a Baixa Idade Média até ao século XX. A segunda centra-se na construção do Estado e nas formações sociais associadas. Relativamente à primeira linha, Elias reconstrói esse desenvolvimento com recurso a manuais medievais, renascentistas, cortesãos, modernos e contemporâneos sobre etiqueta e boas maneiras, preferentemente franceses, embora haja exemplos, numa escala menor, de manuais ingleses, italianos e alemães. O autor elabora um relato da evolução das maneiras na mesa, no quarto ou na rua, e em domínios como a vestimenta, as relações sexuais, as necessidades fisiológicas ou a higiene. Nesta evolução existem quatro pontos de passagem definidos pelo código da cortesia – próprio da corte feudal; o código da civilidade – enquadrado na corte renascentista; o código da delicadeza (*politesse*) – característico da sociedade cortesã absolutista; e o código da civilização – distintivo da burguesia a partir do século XIX. A narração possui uma direção: Elias entende que o comportamento transita ao longo dos séculos desde o heterocontrolo – a conduta é limitada por coações externas ao indivíduo como a violência ou a perda da honorabilidade social – até ao autocontrolo, onde essas coações são interiorizadas adquirindo o formato da vergonha, do pudor ou do nojo.<sup>34</sup>

Relativamente à segunda, Elias narra o percurso que vai desde o feudalismo até ao estado contemporâneo. O motor do percurso é o mecanismo feudal: o senhor central entrega terras e recursos a outros senhores inferiores em troca dos serviços prestados – normalmente, de cariz militar – que visam reforçar ou aumentar o poder do senhor central. Este processo possui uma direção: a centralização do poder, a desativação das forças centrífugas e o monopólio da violência e da tributação desde esse posto central. Isto leva à pacificação da sociedade e à eliminação da violência como meio de relação social. Ao mes-

<sup>34</sup> Elias, *El proceso de la civilización*, 228-229.

mo tempo, aumenta a complexidade social e a interdependência entre as partes que compõem a sociedade. Mais pessoas a interagirem com mais pessoas, mais pessoas a ajustarem o comportamento com outros comportamentos requer uma conduta mais autocontrolada. Este é o ponto de contacto entre as duas narrações. Ambas as linhas narrativas definem uma direção para os processos através dos séculos, embora não seja uma direção teleologicamente necessária. A lógica das narrativas identifica-se com as consequências não intencionais da ação intencional: a história é o produto da ação do ser humano, mas não das suas intenções/da sua intenção.

No que diz respeito à comparação, esta ocupa uma posição secundária relativamente à narração. Na primeira parte da obra há uma comparação extensa entre os conceitos de civilização e cultura e as bases sociais na corte francesa e nas cortes dos estados germânicos. Há também algumas comparações pontuais e não sistemáticas quando é estudada a evolução dos códigos de boas maneiras – há referências a manuais de urbanidade franceses, italianos, alemães e ingleses –, ou é exposta a teoria do Estado – são salientados alguns contrastes entre França, Inglaterra e Alemanha. Em geral, exceto nessa primeira parte da obra, a comparação não tem uma posição central. De facto, quer na vertente dos comportamentos, quer na vertente da construção do Estado, o material empírico remete maioritariamente para o contexto francês.

No que toca à análise, esta aparece concentrada na última parte da obra, intitulada, precisamente, “Ensaio de uma teoria da civilização”. Esta teoria pretende oferecer um nível de inteligibilidade superior ao oferecido mediante a ordenação numa sequência narrativa do material histórico sobre o comportamento ou sobre o Estado. Esse nível de inteligibilidade superior é dado por um modelo onde, supostamente, ficariam subsumidos todos os casos históricos. O modelo teórico do processo civilizacional diz-nos, sinteticamente, o seguinte:

a) na dimensão microssociológica dos comportamentos, o processo civilizacional determina a transição de modelos de conduta heterocontrolados para modelos autocontrolados;

b) na dimensão macrosociológica do Estado, o processo civilizacional determina a construção de monopólios estatais de violência e a progressiva contenção da violência privada;

c) a conexão entre a dimensão micro e macro é efetuada mediante as leis estruturais do processo civilizacional, a saber: o aumento da especialização funcional, a complexidade crescente da divisão social do trabalho e o incremento dos vínculos gerais de interdependência.<sup>35</sup>

Uma vez analisadas separadamente as três componentes, o que podemos concluir das relações entre narração, comparação e análise em *O processo civilizacional*? Inicialmente, parece que Elias elabora um modelo teórico mediante um procedimento indutivo: o material histórico reunido permitiria efetuar a generalização empírica que determina uma dada direcionabilidade para a transformação do comportamento e da sociedade. No entanto, a narração que ordena numa sequência tal material histórico obedece a certos moldes analítico-teóricos que Elias não reconhece abertamente. Como tal, o esquema freudiano do mal-estar da cultura estrutura a exposição sobre a evolução do comportamento. Do mesmo modo, a narração sobre a formação do Estado deve muito ao esquema weberiano sobre a construção de monopólios estatais da violência. Finalmente, o ponto de conexão entre o comportamento e o controlo da violência por parte do Estado, o que Elias denomina “leis estruturais do processo civilizacional”, remete para os contributos de Durkheim sobre a divisão social do trabalho. Quero dizer com isto que a narração é conduzida por modelos analíticos não explicitamente declarados. Isto também ajuda a moderar o carácter indutivo da teoria do processo civilizacional.

Em suma, narração e análise encontram-se interligadas e ao mesmo nível em termos de prioridade. Pelo contrário, a comparação ocupa uma posição secundária e encontra-se numa situação de tensão com as generalizações produzidas pelo modelo teórico do processo civilizacional. Tais generalizações são amplas e extensíveis a outras sociedades: a

<sup>35</sup> Elias, *O proceso de la civilización*, 518.

teoria do processo civilizacional antecipa o que acontecerá no desenvolvimento de uma dada sociedade, tanto no nível microssociológico como no nível macrossociológico. No entanto, o material histórico utilizado para realizar essas generalizações, muito focado no caso francês, parece ser insuficiente. Isto é, Elias vai mais longe analiticamente do que é sugerido pelo material histórico usado. Neste ponto, teria sido necessário reunir evidências de outros casos ou, por outras palavras, ampliar a componente comparativa. Assim, *O processo civilizacional* confronta o trilema da sociologia histórica privilegiando a narração e a análise, e deixando num segundo plano a comparação.

### **3.2. *Learning to Smoke*, de Jason Hughes**

O objeto de investigação é o consumo de tabaco e as perceções sobre o tabaco no Ocidente. O propósito da pesquisa é estudar o processo de desenvolvimento desse consumo desde o século XVI e dos valores que lhe estão associados.

A componente narrativa relata como se concretizou tal desenvolvimento, desde os nativos americanos e os seus primeiros encontros com os europeus, passando pela introdução do tabaco no Velho Continente, até ao momento atual. Esta narração é orientada numa dada direção: o consumo de tabaco transita desde padrões de heterocontrolo até padrões de autocontrolo. Inicialmente, os nativos americanos consumem-no no marco de celebrações rituais que envolvem a comunidade. Nessa altura, o tabaco possuía um elevado nível de toxicidade que provocava alterações sensoriais. Paulatinamente, essa toxicidade será reduzida durante a passagem para a Europa e o seu consumo tornar-se-á mais individualizado e sem riscos de levar à perda do controlo sobre o corpo. Apesar de ser identificável a direção, esta não é um resultado planificado pelos indivíduos. Desta forma, o desenvolvimento do processo inscreve-se na lógica das consequências não intencionais da ação intencional. Definitivamente, a história do consumo de tabaco parece confirmar o sentido geral do processo civilizacional que, no terreno das condutas, prescreve sempre o trânsito do heterocontrolo para o autocontrolo.

A componente analítica do livro remete para a utilização do aparelho conceptual e teórico de Norbert Elias. De facto, a teoria do processo civilizacional é a grelha analítica que estrutura a narração. A organização do material histórico na sequência narrativa reproduz o percurso que a teoria determina para a conduta individual no Ocidente. No entanto, a transformação da conduta relativamente ao tabaco não vem acompanhada por uma linha narrativa paralela relacionada com o Estado e as formações sociais. Por outras palavras, Hughes recorre diretamente a Elias e à sua visão sobre o Estado e as leis estruturais do processo civilizacional para explicar a vertente macrossociológica associada ao desenvolvimento do consumo de tabaco.

A componente comparativa é reduzida. Existe uma utilização residual e não sistemática, uma vez que o autor opta por estudar a questão do consumo de tabaco no Reino Unido. Admite explicitamente que o material histórico usado remete para o caso inglês e que, com as devidas adaptações, não seria complicado generalizar para outros países de Europa. Trata-se de uma afirmação que, obviamente, exige uma comparação histórica ampla e sistemática, da qual carece a obra.

Definitivamente, a narração e a análise são privilegiadas neste texto desde o momento em que o que é relatado – a evolução do consumo de tabaco – se encontra analiticamente moldado pela teoria do processo civilizacional. O relato convive com grande parte do arsenal teórico eliasiano – direcionabilidade dos processos, ofensiva civilizacional, autocontrolo, heterocontrolo, democratização funcional... – que, em algumas ocasiões, interrompe inevitavelmente o ritmo da narração. Como tal, a comparação é o elemento sacrificado.

### **3.3. *The Sociology of Japanese Martial Arts*, de Raúl Sánchez García**

O objetivo de obra é estudar o processo de desenvolvimento das artes marciais no Japão desde a sua versão clássica até à atualidade. Isto implica uma perspetiva de longo prazo que decorre entre o século VIII e o século XXI.

Relatar aquilo que acontece neste período tão extenso corresponde à parte narrativa da obra. O material histórico reunido pelo autor é disposto numa sequência narrativa que começa na Idade Média com o aparecimento das primeiras escolas e estilos marciais. Nesta altura, as práticas marciais eram muito próximas das práticas bélicas de arqueiros e cavaleiros. A partir aqui, o relato evolui até ao período moderno, onde se dá a transformação do samurai, que passa de guerreiro a burocrata. Paralelamente, as artes marciais perdem paulatinamente o cariz bélico, ganhando terreno aspetos como a autodisciplina e o autoaperfeiçoamento individuais. Na Idade Contemporânea e durante o período Meiji, as artes marciais são reformuladas como fazendo parte da cultura nacional. Atravessam uma fase de formalização e de reaproximação aos valores guerreiros durante a Segunda Guerra Mundial. Desde então, as artes marciais iniciam a sua expansão mundial sob a lógica desportiva e com valores vinculados ao lazer e ao entretenimento. A narração aponta para uma direção concreta: a pacificação das artes marciais, o seu afastamento da violência ligada ao confronto bélico e a sua prática autocontrolada associada à melhoria integral das dimensões física e psíquica da pessoa. Existe uma segunda linha narrativa que aborda a dimensão macrossociológica do processo, focada na construção do Estado. O material histórico reunido pelo autor permite a elaboração de um relato exaustivo sobre as dinâmicas centrípetas e centrífugas protagonizadas pelos diferentes senhores territoriais, os ciclos bélicos e a estabilização do monopólio central da violência. Os períodos de paz coincidem com os períodos mais intensos de codificação das artes marciais no sentido do aperfeiçoamento individual. De novo, há uma direção identificada para esta linha narrativa: a difícil pacificação do espaço social propiciada pela edificação de um Estado que monopoliza a violência.

As duas linhas narrativas são guiadas pelo aparelho conceptual eliasiano. A grelha analítica aplicada é a definida pelo sociólogo alemão, o que permite que a própria narração vá descrevendo as dinâmicas sociais descritas por essa grelha: períodos de formalização e de informalização, ofensivas civilizacionais, fases descivilizacionais ou pro-

cessos de democratização funcional são algumas amostras da terminologia cunhada por Elias que serve para orientar a narração. Ao mesmo tempo, o autor inclui uma introdução ao modelo teórico eliasiano situada no início da obra e dois *excursus* analíticos que inevitavelmente fragmentam a narração.

Relativamente à comparação, pode dizer-se que a sua presença é secundária e pontual. O autor abre um pequeno espaço na parte final do livro para comparar aspetos concretos do controlo da violência ou do desenvolvimento dos desportos de combate no Japão, em França, na Alemanha, no Reino Unido ou nos Estados Unidos de América. Em suma, o autor confronta o trilema narração-comparação-análise de forma similar à obra sobre o desenvolvimento do consumo de tabaco: é concedida a prioridade a uma narração analiticamente orientada, enquanto a comparação assume uma posição subordinada.

### **3.4. *The Empire of Civilization. The Evolution of an Imperial Idea*, de Brett Bowden**

O objetivo da obra é desenvolver a genealogia do conceito de civilização, assim como dos conceitos afins, e identificar as ações e as tentativas de concretizar na prática os seus significados. Trata-se de um exercício de semântica histórica afim aos princípios da história conceptual defendidos pela Escola de Cambridge ou por autores como Reinhart Koselleck.

A vertente narrativa da obra remete para o percurso histórico do conceito de civilização e dos seus conteúdos através de diversos autores e contextos. Esse percurso arranca na origem linguística do conceito, em França e no século XIV, e avança mostrando como é que se concretiza o seu uso nos conquistadores castelhanos de América, nos debates com Fray Bartolomé de las Casas e a sua defesa das populações indígenas, nas obras dos grandes iluministas como Kant e Rousseau ou em autores contemporâneos como John Rawls, Michael Ignatieff ou Samuel Huntington e a sua tese do “choque de civilizações”. Em geral, este percurso segue uma ordem cronológica, onde também são incluídos conceitos semanticamente próximos – progresso, cosmopolitanismo, democracia, modernização, colo-

nização, imperialismo – e as ações inspiradas por tais conceitos – em geral, as missões civilizadoras levadas a cabo pelos europeus na América e em África, outrora para educar os “bons selvagens”, hoje para lutar contra o terrorismo ou para libertar as nações de regimes tirânicos.

Ao contrário do que acontecia nos textos de Hughes e Sánchez García, a narração não se encontra analiticamente orientada. Isto é, não existe um modelo teórico que enquadre a narração. Como apontei, o que é narrado – a evolução do conceito de civilização – atende a uma cronologia clássica de autores e acontecimentos que arranca no Iluminismo e finaliza na guerra contra o terrorismo pós-11 de setembro. Em consequência, a explicação depende, sobretudo, da sequência narrativa. Dito de um outro modo, a tentativa de impor a democracia no Iraque por parte dos Estados Unidos de América e dos seus aliados é explicável na medida em que existiu, previamente, uma ideia de civilização a aplicar aos povos que os conquistadores espanhóis “descobriram”. Contudo, na parte final do texto, esboça a ideia da “coerência sequencial” (p. 226) entre todos os significados e conteúdos do conceito de civilização e as ações que inspira ao longo da história. Trata-se, como digo, de um esboço e não de um modelo analítico-teórico que explique aprofundada e justificadamente tal “coerência”. Por outras palavras, falta um modelo que forneça uma visão geral e integrada da questão. A comparação ocupa uma posição secundária, limitada às diferentes interpretações do conceito de civilização nos contextos francês, alemão e inglês. No fim de contas, a obra privilegia a narração, que cumpre uma função explicativa. A dimensão analítica é sugerida, mais do que desenvolvida satisfatoriamente, enquanto a comparação surge de forma pontual.

### ***3.5. Meeting, Manners and Civilization. The Development of Modern Meeting Behaviour, de Wilbert van Vree***

O objetivo da obra é estudar numa perspetiva de longo prazo a evolução do comportamento nas reuniões. O material histórico que compõe a investigação é focado, essencialmente, nos Países Baixos, e abrange temporalmente o período que decorre entre a Idade Média e o século XX.



A componente narrativa está presente, embora não mediante um relato que descreva uma sequência de transformação da conduta nas reuniões. O autor não constrói uma linha contínua, mas seleciona momentos históricos concretos dentro dos quais caracteriza o comportamento real e ideal numa reunião. Esses momentos são o contexto militar-agrário, a sociedade cortesã, a reforma protestante, o parlamentarismo e o âmbito das corporações empresariais contemporâneas. Nesses momentos, contamos com uma descrição ampla e rica daquilo que acontece ou é suposto acontecer durante uma reunião. Ao mesmo tempo, tais momentos históricos determinam uma direção na evolução das maneiras numa reunião: o confronto físico e verbal é progressivamente substituído por condutas autocontroladas que permitem intervenções sucessivas e ordenadas dos participantes. Decididamente, a narração apresenta-se fragmentada, sendo interrompida por diferentes disquisições analíticas.

Estas disquisições remetem para o modelo teórico do processo civilizacional, que constitui a grelha que orienta a narração – a ordenação do material histórico – e estrutura a explicação. Não em vão, esse material histórico relativo às reuniões e o estudo da sua evolução constituem uma espécie de teste para aquele modelo teórico. De facto, o autor confirma que as reuniões seguiram o curso e a direção previstos pelo modelo (p. 319), assim como a transformação das condutas que pode ou não executar o participante numa reunião. A ligação entre os momentos selecionados é efetuada pelo modelo teórico, que prescreve a direcionabilidade e os processos macrosociológicos – construção do Estado e aumento da interdependência social – que decorrem paralelamente à evolução das maneiras nas reuniões.

Relativamente à comparação, há pouco para dizer. A sua utilização não é sistemática, mas antes pontualmente ilustrativa de algumas especificidades dos Países Baixos, que contrastam com comportamentos nas reuniões em Alemanha, França, Espanha e Estados Unidos de América. Em suma, trata-se de uma obra com uma forte componente analítica, sobreposta à narração, e com uma componente comparativa secundária.

#### 4. Conclusão

Como tentei mostrar ao longo destas páginas, a sociologia histórica apresenta um paradoxo na sua constituição como disciplina pária do conhecimento. Esse paradoxo pode ser formulado como um trilema entre narração, comparação e análise: qualquer obra de sociologia histórica procura combinar os três elementos, embora não exista uma forma univocamente satisfatória de o fazer. Isto implica, necessariamente, privilegiar uns elementos e colocar outros num segundo plano. Em função das combinações e do diferente peso concedido a cada elemento, serão produzidas obras de sociologia histórica com um cariz mais narrativo, analítico ou comparativo. Apesar da importância deste problema metodológico, não é costume que os autores dediquem um espaço específico à questão e, sobretudo, não é habitual que explicitem a sua estratégia para lidar com o problema. Apenas com um exame detalhado da obra estaremos em condições de saber como é que o autor, na prática, articulou a narração, a análise e a comparação. Por outras palavras, a obra finalizada constitui a resposta ao trilema.

Neste sentido, foram analisadas várias obras recentes ou relativamente recentes, a partir das quais podemos estabelecer as seguintes conclusões:

1) a narração é analiticamente orientada. Esta nunca se apresenta de forma pura, o que não deixa de ser expectável neste campo. A sociologia procura, por definição, regularidades entre os factos sociais. Pretende, pois, definir um modelo teórico geral que explique a razão dessas regularidades. Dada a transcendência do modelo ou dos conceitos teóricos, é habitual que sejam eles, de algum modo, a guiar a narração.

Uma narração pura onde a capacidade explicativa repouse na posição dos factos na sequência do relato é uma raridade no campo da sociologia. Também é uma espécie de objeto estranho no domínio da história, que desconfia deste tipo de explicações. Como tal, o que encontramos nas obras analisadas são narrações nas quais o autor ordena o material histórico de uma forma analiticamente orientada;

2) a característica da amostra por conveniência das obras analisadas explica a adoção maioritária do modelo teórico do processo civiliza-

cional. Não é surpreendente que isto aconteça tendo em conta que são obras com uma evidente inspiração eliasiana;

3) a vertente comparativa ocupa uma posição secundária na elaboração das obras analisadas. Neste sentido, cabe perguntar se é uma particularidade da sociologia histórica de raiz eliasiana ou se será apenas uma particularidade das obras analisadas. Até certo ponto, é expectável que as obras que assumem o modelo teórico do processo civilizacional emulem aquilo que faz Elias na sua obra original. Ou seja, se Elias compara pouco ou de forma pontual, quem segue as suas pisadas terá tendência para comparar os mesmos termos. O problema que se coloca é como realizar generalizações empíricas – a pretensão primária de qualquer modelo teórico-analítico – a partir de um material histórico limitado a um caso único: Reino Unido para o exemplo do tabaco; Japão para as artes marciais; Países Baixos para as reuniões; ou França para “o processo civilizacional” – adereçado com umas breves comparações com outros casos. De facto, esta foi sempre uma das principais objeções lançadas contra Elias: efetua generalizações que vão além do permitido tendo em conta o material histórico de que dispõe. No entanto, também sabemos que conceder mais espaço à comparação só é factível se for reduzido o espaço de narração e de análise.

Em consequência, esta secundarização da comparação é mais uma particularidade das obras selecionadas do que da sociologia histórica de cariz eliasiano. Não é este o contexto apropriado para desenvolver esta ideia e, por esse motivo, limitar-me-ei a assinalar que a sociologia com esse cariz outorga, de facto, uma posição central à comparação;

4) estamos a desperdiçar tempo e energia escrevendo obras fundadas num trilema de impossível resolução? Em tempos de produtivismo académico, e de pragmatismo publicador, o cometido da sociologia histórica parece inútil. Não obstante, é precisamente a tensão entre narração, análise e comparação a responsável por dinamizar a produção bibliográfica e garantir a diversidade. Sob esta perspetiva, é conveniente manter esse trilema e todas as tentativas de equilibrar adequadamente o que, felizmente, nunca estará numa situação de equilíbrio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrams, Philip. "History, Sociology and Historical Sociology". *Past and Present* 87 (Maio 1980): 3-16.
- Abrams, Philip. *Historical Sociology*. Sommerset: Open Books, 1982.
- Adams, Julia, Elisabeth S. Clemens, e Shola Orloff, eds. *Remaking Modernity: Politics, History, and Sociology*. Durham: Duke University Press, 2005.
- Bendix, Reinhard. "Concepts and Generalisations in Comparative Sociological Studies". *American Journal Review* 28, n.º 4 (1963): 532-539.
- Bonnell, Victoria E. "The Uses of Theory, Concepts and Comparison in Historical Sociology". *Comparative Studies in Society and History* 22, n.º 2 (Abril 1980): 156-173.
- Boudon, Raymond. *La lógica de lo social*. Madrid: RIALP, 1981.
- Bowden, Brett. *The Empire of Civilization. The Evolution of an Imperial Idea*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- Delanty, Gerard, e Engin F. Isin, eds. *Handbook of Historical Sociology*. Londres: SAGE, 2003.
- Eisenstadt, Shmuel. *Los sistemas políticos de los imperios: la ascensión y la caída de las sociedades burocráticas históricas*. Madrid: La Revista de Occidente, 1966.
- Elias, Norbert. *La sociedad cortesana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- Elias, Norbert. *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*. México: FCE, 1987.
- Elias, Norbert. *Mozart – Sociología de un genio*. Barcelona: Ediciones Península, 1991.
- Elias, Norbert. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- Elias, Norbert. *The Germans*. Cambridge: Polity Press, 1997.
- Goldthorpe, John. "The Uses of History in Sociology: Reflections on Some Recent Tendencies". *The British Journal of Sociology* 42 (1991): 211-230.
- Gotham, Kevin Fox, e William G. Staples. "Narrative Analysis and the New Historical Sociology". *The Sociological Quarterly* 27, n.º 3 (Junho 1996): 481-501.
- Griffin, Larry J. "Narrative, Event-Structure Analysis and Causal Interpretation in Historical Sociology". *American Journal of Sociology* 98, n.º 5 (1993): 1094-1133.
- Hughes, Jason. *Learning to Smoke. Tobacco Use in the West*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- Kiser, Edgar, e Michael Hechter, "The Role of General Theory in Comparative-Historical Sociology". *American Journal of Sociology*, 97, n.º 1 (1991): 1-30.
- Lange, Matthew. *Comparative-Historical Methods*. Londres: SAGE, 2012.
- Latorre Catálan, Marta, e Hector Romero Ramos. "História y sociología: un diálogo en el cambio del siglo". *Política & Sociedad* 55, n.º 1 (2018): 19-42.
- Lipset, Seymour M. *The First New Nation*. Nova Iorque: Basic Books, 1967.
- Mahoney, James. "Comparative-Historical Analysis: Generalizing Past the Past". Comunicação apresentada à ASA Mini-Conference: Comparing Past and Present, Berkeley, CA, 12 de agosto de 2009.
- Mahoney, James, e Dietrich Rueschemayer. *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.
- Mahoney, James, e Kathleen Thelen, eds. *Advances in Comparative-Historical Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- Mann, Michael. *Las fuentes del poder social I*. Madrid: Alianza, 1991.

Maryl, Damon, e Nicholas Hoover Wilson. "What do historical sociologists do all day? Analytical architectures in Historical sociology". *American Journal of Sociology*, 125, n.º5 (2020): 1345-1394.

Mennell, Stephen. "History Is Not Bunk: Why Comparative-Historical Sociology Is Indispensable When Looking to the Future". *Human Figurations* 6, n.º 2 (2017). <https://quod.lib.umich.edu/h/humfig/11217607.0006.202?view=text;rgn=main> [consultado a 15/02/2023].

Merton, Robert. *Teoría y estructura sociales*. México: FCE, 2002.

Mills, Charles Wright. *La imaginación sociológica*. México: FCE, 1993.

Moore, Barrington. *Los orígenes sociales de la dictadura y de las democracias*. Barcelona: Península, 1966.

Mudge, Stephanie, e Anthony Chen, "The New Studies in Historical Sociology Book Series: An Interview with the Editors". Entrevista por Simeon J. Newman. *Comparative and Historical Sociology: Section of the American Sociological Association*, 19 de Agosto de 2021. <<http://chs.asa-comparative-historical.org/the-new-studies-in-historical-sociology-book-series-an-interview-with-the-editors/>> [consultado a 15/02/2023].

Ramos Torre, Ramón. "Problemas textuales y metodológicos de la sociología histórica, *REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas* 63 (1993): 7-28.

Ramos Torre, Ramón. "En los márgenes de la sociología histórica: una aproximación a la disputa entre sociología y la historia". *Política & Sociedad* 18 (1995): 29-44.

Ricoeur, Paul. *Tiempo y narración. Configuración del tiempo en el relato histórico*. 5.ª edición. México: Siglo XXI, 2004.

Sánchez García, Raúl. *The Historical Sociology of Japanese Martial Arts* (Londres: Routledge, 2020).

Sartori, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo*. São Paulo: Ática, 1994.

Skocpol, Theda. *States and Social Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

Skocpol, Theda, ed. *Vision and Method in Historical Sociology*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1984.

Theda Skocpol, e José Carazo. "Temas emergentes y estrategias recurrentes en sociología histórica". *Historia Social* 10 (1991): 101-134.

Skocpol, Theda, e Margaret Somers. "The Uses of Comparative History in Macro-social Inquiry". *Comparative Studies in Society and History* 22, n.º 2 (1980): 174-197.

Smith, Dennis. *The Rise of Historical Sociology*. Cambridge: Polity Press, 1991.

Somers, Margaret R., e Gloria D. Gibson. "Reclaiming the Epistemological 'Other': Narrative and the Social Constitution of Identity". In *Social Theory and the Politics of Identity*, editado por Craig Calhoun, 37-99. Cambridge: Blackwell, 1994.

Stone, Laurence. "The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History". *Past and Present: A Journal of Historical Studies* 85 (1979): 3-24.

Sztomka, Piotr. *The Sociology of Social Change*. Oxford: Blackwell, 1994.

Tilly, Charles. *The Rebellious Century 1830-1930*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

Tilly, Charles. *As Sociology Meets History*. Orlando: Academic Press, 1981.

Tilly, Charles. *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madrid: Alianza, 1991.

Veyne, Paul. *Cómo se escribe la historia. Foucault revoluciona la historia*. Madrid: Alianza, 1984.

Vree, Wilbert van. *Meeting, Manners and Civilization. The Development of Modern Meeting Behaviour*. Londres: Leicester University Press, 1999.

Wallerstein, Immanuel. *El moderno sistema mundial I*. Madrid: Siglo XXI, 1979.

Wallerstein, Immanuel. *El moderno sistema mundial II*, Madrid: Siglo XXI, 1984.

Wallerstein, Immanuel. *The Modern World-System*. Nova Iorque: Academic Press, 1989.

White, Hayden. "The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory". *History and Theory* 23, n.º 1 (1984): 1-33.

White, Hayden. *Metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XX*. México: FCE, 1992.

Wolf, Erich R. *Las luchas campesinas del siglo XX*. Madrid: Siglo XXI, 1973.

Zaret, David. "From Weber to Parsons and Schutz: The Eclipse of History in Modern Social Theory". *American Journal of Sociology* 85, n.º 5 (1980): 1180-1201.

#### Referência para citação:

Ampudia de Haro, Fernando. "O paradoxo da sociologia histórica." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 15 (2022): 257-285. <https://doi.org/10.48487/pdh.2022.n15.30062>.